

Rui Maia Diamantino
(Organizador)



As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena
Editora
Ano 2019

Rui Maia Diamantino

(Organizador)

As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências humanas e a produção criativa humana 2 [recurso eletrônico] / Organizador Rui Maia Diamantino. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-595-2 DOI 10.22533/at.ed.952190309 1. Antropologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa social. I. Diamantino, Rui Maia. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Este segundo volume do e-book “As Ciências Humanas e a Produção Criativa Humana” aponta para a multiplicidade dos saberes, conforme a visão de Edgar Morin quando discute sobre o tema da complexidade. As contribuições vão desde os costumes da cultura até aos aspectos da vida prisional, que são indicativos importantes da natureza social do Brasil. Entre esses dois aspectos, a inclusão social, a discussão sobre comportamentos e sobre a atuação da educação estão presentes.

Em função da variedade dos temas que vieram para contribuir e qualificar os nossos saberes, o volume foi organizado em cinco tópicos: “memória, preservação e resgate da cultura popular”, que enfatiza a contribuição dos hábitos e valores para o estabelecimento de uma narrativa na cultura popular; “aspectos inclusivos e de mobilidade social”, com foco nas questões de pessoas com deficiência física e na posição da mulher no campo do trabalho; “perspectivas e comportamentos na terceira idade”, onde são discutidos os aspectos subjetivos do envelhecer, objeto emergente de estudos visando aos 25% de idosos na população mundial nos próximos 10 anos; “inclusividade em contextos educacionais e inovações pedagógicas”, tópico que se mostrou como o de maior contribuição para a presente publicação, refletindo a preocupação do setor acadêmico sobre os aspectos mais ventrais da educação no nosso país; e, finalmente, “comportamentos em contextos prisionais”, onde são abordadas as percepções por meio de auto relatos de mulheres e agentes penitenciários sobre suas vivências em uma das condições mais precárias que um cidadão ou cidadã pode experimentar no Brasil.

Com essas cinco seções, o leitor, a leitora, poderá aumentar suas lentes sobre os tópicos publicados, consultando, discutindo e analisando as páginas produzidas ao longo dos dezesseis trabalhos que aqui constam. São, em si, experiências de diversidade que abrangem visões das muitas regiões do país, o que torna as narrativas aqui incluídas bastante atuais para compreendermos melhor os desafios contemporâneos na construção de saberes em um país tão plural como o Brasil.

A todos e todas desejamos leituras, estudos e reflexões com muito proveito!

Rui Maia Diamantino

SUMÁRIO

I. MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E RESGATE DA CULTURA POPULAR

CAPÍTULO 1 1

A BENZEÇÃO POPULAR COMO LEGADO DE UMA ARTE FEMININA DE CURA PROVENIENTE DO ALÉM-MAR: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Yls Rabelo Câmara
Lia Machado Fiuzza Fialho

DOI 10.22533/at.ed.9521903091

CAPÍTULO 2 13

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA E DO RÁDIO NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NA ERA VARGAS (1930-1945)

João Alves Souza Filho
Vivian Fernandes Carvalho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.9521903092

CAPÍTULO 3 29

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: A HISTÓRIA LOCAL NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA/PB

Vilma de Lurdes Barbosa
Jéssica Hellen dos Santos Araújo
Severino Bezerra da Silva
Suelídia Maria Calaça
Márcia Albuquerque Alves

DOI 10.22533/at.ed.9521903093

II. ASPECTOS INCLUSIVOS E DE MOBILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 4 41

A INSERÇÃO SOCIAL DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO

Angela Maria de Camargo dos Santos
Idorlene da Silva Hoepers

DOI 10.22533/at.ed.9521903094

CAPÍTULO 5 53

ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS ESTUDOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A UNIVERSIDADE

Camila Moraes da Rocha
Ana Lúcia Oliveira Aguiar
João Dehon da Rocha Junior
José Evangelista de Lima
Stenio de Brito Fernandes
Geraldo Mendes Florio
Eliane Cota Florio
Risalva Ferreira Nunes de Medeiros
Débora Tereza dos Santos Meneses
Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903095

CAPÍTULO 6 63

ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS QUE PRODUZEM E AS QUE REPRODUZEM

Maria Izabel Machado

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.9521903096

III. PERSPECTIVAS E COMPORTAMENTOS NA TERCEIRA IDADE

CAPÍTULO 7 87

ENVELHECIMENTO FEMININO E SUBJETIVIDADE

Roana de Jesus Braga

Mariele Rodrigues Correa

DOI 10.22533/at.ed.9521903097

CAPÍTULO 8 98

FATORES ASSOCIADOS A QUEIXAS SUBJETIVAS DE MEMÓRIA PROSPECTIVA E RETROSPECTIVA EM IDOSOS RESIDENTES NA COMUNIDADE

Alan Ehrich de Moura

Heloisa de Freitas Pacifico

Bernardino Fernández Calvo

DOI 10.22533/at.ed.9521903098

IV. INCLUSIVIDADE EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS

CAPÍTULO 9 107

INOVANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS EDUCACIONAIS: POR UMA TECNOLOGIA PARA A QUEBRA DE BARREIRAS DE APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

Camila Morais da Rocha

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

João Dehon da Rocha Junior

José Evangelista de Lima

Geraldo Mendes Florio

Eliane Cota Florio

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Débora Tereza dos Santos Meneses

Francinilda Honorato dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.9521903099

CAPÍTULO 10 117

LABORATÓRIO MULTIMÍDIA PROPOSTA DE ENSINO PARA A MATEMÁTICA

Wilmar Borges Leal Junior

Robert Mady Nunes

Nailson Martins Dantas Landim

Lucyano Campos Martins

Haryson Huan Arruda da Silva Santos

Delfim Dias Bonfim

Douglas Ferreira Chaves

Suzane Aparecida Cordeiro

Helaís Santana Lourenço Mady

DOI 10.22533/at.ed.95219030910

CAPÍTULO 11	126
LETRAMENTO E LITERATURA INFANTIL - VIVÊNCIAS COM CRIANÇAS DO PRÉ-ESCOLAR	
Ana Carolina Batista	
Degelane Córdova Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.95219030911	
CAPÍTULO 12	138
O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO AÇÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO <i>CAMPUS</i> AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA, DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	
Marlon Santos de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.95219030912	
CAPÍTULO 13	147
PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: INOVANDO PRÁTICAS, TECENDO METODOLOGIAS E ADEQUAÇÕES PARA DISCENTES CADEIRANTES NO ENSINO SUPERIOR	
Samuel Carvalho Rebouças	
Ana Lúcia Oliveira Aguiar	
Stenio de Brito Fernandes	
Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes	
José Evangelista de Lima	
Francinilda Honorato dos Santos	
Eliane Cota Florio	
DOI 10.22533/at.ed.95219030913	
CAPÍTULO 14	156
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR – CAMPUS GURUPI / IFTO	
Saturnina Soares de Carvalho	
Suelene Soares Carvalho de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.95219030914	
V. COMPORTAMENTOS EM CONTEXTOS PRISIONAIS	
CAPÍTULO 15	169
AVALIAÇÃO DE VALORES BÁSICOS EM MULHERES PRESAS E DA POPULAÇÃO GERAL	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Thalita Regina Albuquerque de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.95219030915	
CAPÍTULO 16	184
ESTUDO SOBRE A RAIVA E SUAS IMPLICAÇÕES EM UMA AMOSTRA DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA DA GRANDE JOÃO PESSOA	
Carmen Amorim-Gaudêncio	
Reña Herbert Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95219030916	
SOBRE O ORGANIZADOR	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DOS ESTUDOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA ATÉ A UNIVERSIDADE

Camila Morais da Rocha

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Graduada em Serviço Social, mestranda em
Educação, Faculdade de Educação FE
Mossoró – Rio Grande do Norte

Ana Lúcia Oliveira Aguiar

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
PhD em Educação, Faculdade de Educação FE
Mossoró – Rio Grande do Norte

João Dehon da Rocha Junior

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Ceará, Departamento de
Engenharia Mecânica
Jaguaribe – Ceará

José Evangelista de Lima

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Mestre, Departamento de Educação – FE
Mossoró – Rio Grande do Norte

Stenio de Brito Fernandes /

Secretaria da Educação e da Cultura do Estado
do Rio Grande do Norte, Mestre em Educação
Porto do Mangue – Rio Grande do Norte

Geraldo Mendes Florio

Universidade Potiguar, Advogado Especialista em
Engenharia de Petróleo e Gás
Mossoró – Rio Grande do Norte

Eliane Cota Florio

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Mestre em Educação, Faculdade de Educação –
FE
Mossoró – Rio Grande do Norte

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Secretaria Municipal de Educação, Professora
Especialista, Mestranda
Mossoró – Rio Grande do Norte

Débora Tereza dos Santos Meneses

Universidade Potiguar, Turismóloga
Natal – Rio Grande do Norte

Francinilda Honorato dos Santos

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Teóloga, Mestre em Educação, Faculdade de
Educação FE
Mossoró – Rio Grande do Norte

RESUMO: Este presente artigo se originou a partir do Relatório Parcial de um Projeto de Pesquisa, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Diretoria de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN com o título “Ascensão social por meio dos estudos de estudantes com deficiência: da Educação Básica até a Universidade”. Tivemos como objetivo geral a compreensão dos mecanismos de ascensão de estudantes com deficiência, por meio dos estudos, do Ensino Básico ao Ensino Superior, em que usamos para obtermos as coleta de dados rodas de conversa, entrevistas, em que durante as narrativas dos discentes, identificamos os aspectos e estratégias as quais

esses discentes utilizaram e utilizam para a sua ascensão social, através dos estudos. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, e da qual o Brasil é signatário, em seu Preâmbulo, reconhece que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos, proclamam e concordam que toda pessoa faz jus a todos os direitos e liberdades, ali estabelecidas, sem distinção de qualquer espécie.

PALAVRAS – CHAVE: Ascensão Social. Pessoa com Deficiência. Ensino Superior.

ABSTRACT: This article originated from the partial report of a research project, funded by the National Council for Scientific and Technological development – CNPq and the Directorate of Research and Scientific initiation of the State University of Rio Grande Of the north – UERN with the title “Social Ascension through the studies of students with disabilities: from basic education to the university”. We had as general objective the understanding of the mechanisms of ascension of students with disabilities, through the studies, of basic education to higher education, in which we use to obtain the data collection conversation wheels, in which during the narratives Of the students, we identicate the aspects and strategies that these students used and use for their social ascension through the studies. The Convention on the Rights of Persons with disabilities, approved by the UN in 2006, and of which Brazil is a signatory, in its preamble, recognizes that the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights and the international pacts on human Rights, Proclaim and agree that every person is entitled to all rights and freedoms, established therein, without distinction of any kind.

KEYWORDS: Social ascension. Disabled person. Higher education.

INTRODUÇÃO

Nos Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, orientados pela mesma Convenção, e em seus Marcos Normativos, estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino e em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão e que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação da deficiência.

Na Educação Superior, a Educação Especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Essas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Diz o Plano Nacional de Educação para a próxima década (2104-2024), em sua

apresentação, que “Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania”.

Por sua vez a Meta 12 sinaliza para a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Soma-se a supracitada meta que a democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, é um dos compromissos do Estado brasileiro, expresso nessa meta do PNE. Inclusão e qualidade implicam, por seu turno, o acesso de todos e de todas, sem discriminação e eliminação pela condição de diferenças.

Sendo essas orientações dos dispositivos legais, como um estudante com deficiência pode ascender através da escolaridade básica ao ensino superior? Qual o significado da escolaridade com a presença de discentes com deficiência na sala de aula regular no Ensino Superior? Com a mesma pertinência a presença de discentes com deficiência nas salas regulares de ensino em todos os níveis exige uma reflexão da formação docente considerando a atualização histórica dos sistemas de ensino. A Meta 12, do Plano Nacional de Educação para a década 2014-2024 afirma que a elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fato é que presenciamos em muitos encontros locais, regionais, nacionais questões relativas as aprendizagens quando, nos debates propostos, grupos de trabalho, mesas, minicursos e conferências apontam as tensões para a prática de uma educação inclusiva voltada para os estudantes com deficiências, quanto ao cumprimento das adaptações exigidas pelos dispositivos legais. Os limites e impossibilidades são colocados pelos profissionais da educação, de forma mais presente, que “nos não fomos formados para ensinar na presença de alunos com deficiências. Não temos preparo, prática, estudo e condição emocional para atender a essa demanda”. “Nem sabemos como chegar perto de um discente com deficiência intelectual, por exemplo,”. É cotidiano o sentimento de aflições, de inquietações dos professores. Presenciamos rejeições ao outro, costas viradas, e exclusões, principalmente atitudinais em relação aos discentes com deficiência e resistências emblemáticas tais como aquelas que

duvidam da possibilidade da pessoa com deficiência poder conviver com os demais em sala de aula. Tais assertivas estão presentes, no cotidiano da academia e outras relativas aos seus desdobramentos, tais como, as dificuldades de adequação metodológicas, as leituras, as aproximações. A realidade da Escola Básica não é diferente. Sabemos das plurais dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos. Como estudantes com deficiências lograram êxitos nos estudos, ascensão nos estudos, a despeito das barreiras vivenciadas?

Sendo esse um dos desafios centrais em todos os sistemas de ensino, na contemporaneidade, pertinente, sobretudo, o é, a urgente aproximação da comunidade acadêmica à dimensão da prática da docência diante da presença de alunos com deficiências em sala de aula. É uma questão que provoca a formação humana para o desenvolvimento profissional docente, sua formação e importa trazer à discussão a necessidade de levar a efeito o presente estudo sobre Ascensão social por meio dos estudos de estudantes com deficiências: da Educação Básica até a Universidade.

Miranda (2007) corrobora, com nossa preocupação, em seu trabalho sobre a inclusão de pessoas com deficiência na universidade, aludindo ao que objetiva os dispositivos legais, deixando claras as recomendações da lei sobre as condições que devem existir nas universidades no sentido da superação de barreiras arquitetônicas e curriculares. Destaca, a autora, três aspectos que devem ser assegurados para que ocorra não só o acesso, mas a permanência com sucesso. São eles: Condições arquitetônicas, adaptações curriculares e profissionais preparados. Profissionais preparados, do ponto de vista central, grifo nosso, em preparação contínua de uma prática para a humanização nos bancos escolares e acadêmicos.

Mosquera (1990) *apud* Volpi (1996) situa que é imprescindível que a universidade não se descuide da formação integral dos acadêmicos e que essa formação vá mais além da competência técnica, mas sim que resgate o compromisso com o humano. Acreditamos ser a estrada da síntese do profissional com o ser humano residente nele, para um destino: a prática dos valores inerentes ao ser humano e na direção de uma educação de valores, capaz de erguer-lhes uma postura e posições éticas para assumir seu papel numa sociedade em constantes modificações, inclusiva e com respeito ao princípio das diferenças.

Este estudo será erguido pelas orientações prescritas pela Constituição Federal do Brasil de 1988, quando afirma, em seus fundamentos, dentre outros, a dignidade da pessoa humana, com as disposições da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo, aprovado em 2006 do qual o Brasil é Estado Parte signatário, ao sinalizar para os direitos de acessibilidade e pelo exercício do direito sem discriminação sob alegação da deficiência. Citamos, ainda, o que rege as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/Conselho Pleno-CP nº 8/2012 que, sobre a Educação em Direitos Humanos nas IES, evidencia a responsabilidade dessas instituições com a formação de cidadãos éticos, comprometidos com a construção da paz, da defesa dos

direitos humanos e dos valores da democracia, além da responsabilidade de gerar conhecimento mundial buscando atender aos atuais desafios dos direitos humanos, como a erradicação da pobreza, do preconceito e da discriminação (BRASIL, 2012). Somamos o inteirado no Plano Nacional de Educação para a década 2014-2024, o tratar da democratização do acesso à educação superior, com inclusão e qualidade, como um dos compromissos do Estado brasileiro, expresso nessa meta do PNE. Pelos Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (2008) ao pontuar sobre a educação inclusiva constituída sob o paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção de exclusão dentro e fora da escola. Acrescentamos um dos pilares da educação para o Século XIX, o Aprender a Conviver, a Aprendizagem de Convivência Pacífica, um dos pilares o Relatório da Comissão Internacional para a UNESCO (DELORS, 1998). É um dos pilares importantes, como aponta o aprendizado fundamental na valorização do aprender a viver, a viver com os outros, a compreendê-los, a desenvolver a percepção de interdependência, a administrar conflitos, a participar de projetos comuns, a ter prazer no esforço comum.

Paulo Freire (1992), em suas Primeira Palavras nos ensina que uma das tarefas do educador, educadora, progressista, através da análise política e concreta é desvelar as possibilidades não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos enquanto desesperançosos ou desesperados a nossa é uma luta suicida, é um corpo a corpo puramente vingativo. A Pedagogia da Esperança de Paulo Freire será central nessa experiência, pois nos ensina que a esperança está nas ruas, está no corpo de cada um e em cada um de nós e que uma Pedagogia da Esperança enquanto necessidade ontológica ancora-se prática. Ensinar exige risco, diz o educador Paulo Freire. Risco de se jogar para o outro e não ter medo de se ver no outro. Risco de nos depararmos com nossos limites, nossos preconceitos, nossas impossibilidades, nosso não-fazer, nosso não-querer fazer, dizemos nós. Educação exige aceitação do novo.

Assim colocado pelos dispositivos trazidos neste projeto, pretende-se à discussão sobre quais os mecanismos de ascensão de estudantes com deficiência por meio dos estudos. É de responsabilidade educacional e social acompanhar e estimular as demandas internas, formar pessoal qualificado para o exercício de atividades, sobretudo, que se encontrem compatíveis às novas exigências sociais e educacionais que se espera de um profissional da educação no âmbito da Educação Especial. Diante desta relevância, espera contribuir para a construção e consolidação da cidadania rumo à continuidade do êxito para o mercado de trabalho.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa, exploratória e descrita com procedimentos em pesquisa de campo no espaço da academia.

Como procedimento investigativo sinaliza duas etapas. Na primeira, propõe-se um mapeamento bibliográfico sobre formação docente no Brasil, um percurso diante das bases da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em particular no Ensino Superior, no âmbito da Legislação brasileira e da literatura, para refletir as representações de professores da educação superior, na cidade de Mossoró. Pretende-se uma revisão dos Marcos Político Legais na Perspectiva da Inclusão no âmbito da história da formação docente diante do que orienta os dispositivos legais, com o objetivo de trazer o caminho e as orientações da referida Política de Inclusão e como o professor da educação superior tem enfrentado, na prática, os desafios impostos por uma formação.

Para a pesquisa documental, da legislação, buscou-se no site do MEC (www.mec.gov.br), documentos relacionados à legislação brasileira e a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no ensino superior.

De tal forma que o estudo ora proposto terá como foco a relação na zona de fronteira entre os seguintes marcos legais: Constituição Federal Brasileira de 1988, Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU em 2006 do qual o Brasil é Estado Parte signatário, o Plano Nacional da Educação (PNE) para a década de 2014-2024, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015 e o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Para a pesquisa documental, da legislação, buscou-se no site do MEC (www.mec.gov.br), documentos relacionados à legislação brasileira e a política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no ensino superior.

Em sua segunda fase, rodas de conversa onde serão construídas as narrativas (Auto) Biográficas pelos estudantes com deficiências da UERN/Mossoró. No campo de formação docente a pesquisa (auto) biográfica é compreendida como uma metodologia que explora a subjetividade e a memória como elementos constitutivos para o (re) conhecimento da realidade das práticas pedagógicas, escolares e principalmente do sujeito professor. A revisitação de memórias centradas no processo de aprendizagem ao longo da vida e a tomada de consciência do que foi formador são recursos oferecidos ao professor para compreender sua trajetória de construção identitária e suas ações profissionais, possibilitando modificá-las (JOSSO, 2010).

É com esta compreensão que acessaremos as reflexões acerca de trajetória dos estudantes sujeitos a pesquisa. A presença do percurso (auto) biográfico como estudantes com deficiências expressará uma ruptura consciente com paradigmas internalizados por vivências e leituras que privilegiavam a fragmentação, as generalizações e as leis universalizantes que anulam, em seus pressupostos, o ser humano regente da investigação científica. O ato de (auto) narrar-se ou escrever

acerca de si mesmo é uma experiência formadora que contribuiu significativamente para a nossa consistência e domínio da aplicação das entrevistas em profundidade junto aos professores. Tem-se dessa forma a constituição de rodas de conversa. Tomamos como campo de investigação uma instituição pública de ensino superior da cidade de Mossoró, a UERN. Entrevistaremos seis estudantes que narrarão a partir da constituição de seis rodas de conversa dos cursos de: Administração, Medicina, Pedagogia, Educação Física, Serviço Social, Direito, selecionados dentre os estudantes advindos de maior dificuldade econômica e social. Para cada roda de conversa teremos o espaço da academia, em específico no espaço do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Memória, (Auto) Biografia e Inclusão (GEPemABI) onde os estudantes narrarão de si. As narrativas (auto) Biográficas serão gravadas, com a concordância dos sujeitos da pesquisa, transcritas e arquivadas, com um código nominal fictício, em computador do GEPemABI, específico para a preservação das identidades dos sujeitos da pesquisa, guardadas, com zelo, as informações construídas. Os sujeitos da pesquisa são seis estudantes escolhidos dentre aqueles que estão envolvidos diretamente com o acompanhamento na DAIN e vai considerar como esses estudantes tem (re) significado sua prática diante dos mecanismos de ascensão aos estudos.

A UERN é uma universidade do centro urbano da cidade de Mossoró que atende como única Instituição de Ensino Superior do Estado a quase totalidade das cidades Potiguares, com o *Campus* Central, localizado em Mossoró, e de *Campi* e Núcleos Avançados, situados nos municípios de Assu, Pau dos Ferros, Patu, Natal, Caicó, Alexandria, Apodi, Areia Branca, Caraúbas, João Câmara, Macau, Nova Cruz, Santa Cruz, São Miguel, Touros e Umarizal.

Atualmente, a UERN possui quatorze cursos de Licenciatura (50% do total de cursos) nas áreas de Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química, Pedagogia, Educação Física, Letras (língua portuguesa), Letras (língua inglesa), Letras (língua espanhola), Música e Ciência da Religião, além de um curso de Licenciatura em Enfermagem. Estes cursos estão presentes nos diversos *campi* e núcleos da Universidade.

Soma-se que o agendamento de seis sessões com o grupo de estudo composto pelos estudantes selecionados para a pesquisa será combinado dentro da possibilidade de cada um deles. Os estudantes serão estimulados a falar, de palavras geradoras como os conceitos de: família, Inclusão, deficiência, aprendizagem, subjetividades, e como tem sido sua (re) significação frente aos desafios da sala de aula regular. Ao término das sessões inicia-se o momento da elaboração de um quadro, que servirá para análise. Esse quadro permitirá o destaque das representações dos mecanismos que os estudantes fazem da (re) significação da sua formação.

Por fim, com o material e sua análise será elaborado um relatório final onde seja possível identificar e refletir sobre os mecanismos de ascensão de estudantes com deficiências do Ensino Básico ao Ensino Superior.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Diante feita as leituras das obras que ao longo desse projeto iremos utilizar, vemos a importância que estes discentes com deficiência utilizam os estudos para sua ascensão social, sabendo que em nossa sociedade, uma formação educacional e profissional são objetivo de grande parte da sociedade, visando que só atrás deste meio, consegue-se “ser alguém na vida”, tem uma vida bem sucedida e plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até esse momento podemos concluir que tanto bibliograficamente, quanto na vida cotidiana, os estudos são meios para uma ascensão social, sendo ela, um caminho que muitos utilizam para terem uma vida bem sucedida e plena.

Sabemos que vivemos em uma sociedade que até hoje discrimina e se tem preconceitos com pessoas com deficiência, porém, muitos de ‘nos’ utilizamos os estudos para que sejamos inclusos socialmente, fazendo a vida escolar/acadêmica uma grande companheira, um método que melhor expressa nossa capacidade de potencialidade como qualquer outra pessoa, com ou sem algum tipo de deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 02 de 24 de Fevereiro de 1981. Autoriza a concessão de dilatação de prazo de conclusão do curso de graduação aos alunos portadores de deficiência física, afecções congênitas ou adquiridas. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1981. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_81.pdf>. Acesso em: 06 jan.2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, 11 set. 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2014.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008b. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/pessoa-deficiencia/Decreto_legislativo_186_2008>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.296 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1999b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2014 Disponível em: <<http://www.planalto.gov>>.

br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BRASIL, Decreto nº 10.146, de 06 de julho de 2015. Presidência da república. **Legislação Brasileira de Inclusão**.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. -Brasília : Secretaria de Educação Especial, - 2010.

GOFFMAN Erving. (1975). **A representação do eu na vida cotidiana**; tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis:Vozes.

_____(1988). **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em escola reflexiva**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

DOMINICÉ, Pierre. **O processo de formação e alguns de seus componentes relacionais**. In: Nóvoa,

Antônio; Finger Mathias. O método (auto) biográfico e a formação. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Org.).

O método (auto)biográfico e a formação. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

FINGER, Mathias. **As implicações sócio-epistemológicas do método biográfico**. In: NÓVOA, Antônio & FINGER, Matthias. O método (auto)biográfico e a formação. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HALBWACHS, Maurice. (1990). **A memória coletiva**. Presses Universitaires de France JOSSO, Marie-Christine. **Da formação do sujeito... ao sujeito da formação**. In: FINGER, Mathias;

NÓVOA, Antônio. In: NÓVOA, A.; FINGER, Matthias (org.) O método (auto) biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos da Saúde, 2010. P. 37-50.

_____. **Experiências de vida e formação**. 2ª ed. Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010b.

_____. **As histórias de vida como territórios simbólicos...** In: PASSEGI, M.C. (org.). Tendências da Pesquisa (auto) biográfica. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **Memória e formação de professores**: interfaces com as novas tecnologias. In: CATANI, Denice Bárbara et al. Docência, memória e gênero. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais. Investigações em psicologia social**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NÓVOA, Antonio. (Org.). **Os professores e as histórias da sua vida**. In: NÓVOA, Antonio. Vidas de professores. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 2007.

_____. **A formação tem que passar por aqui**: as histórias de vida no projeto prosalus. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Org.). O método (auto) biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde, 2010.

_____. **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 2007.

_____. **Os professores e a sua formação**. 2ª ed. Lisboa: D. Quixote, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes de Segurança Penitenciária 8, 184, 185, 188, 190, 192, 193

Ansiedade e Depressão 102

Aprendizagem 7, 47, 57, 58, 59, 81, 92, 93, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 140, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 159

Ascensão Social 6, 20, 22, 53, 54, 60

C

Contextos Educacionais 5

Cultura Popular 5, 25, 31

D

Desigualdade Social 47

E

Economia Solidária 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 79, 81, 82, 83, 84, 85

Educação Inclusiva 51, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 110, 111, 115, 147, 148, 152, 153, 156, 157

Educação Infantil 39, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137

Ensino de História 29, 38

Ensino de Matemática 117, 124

Ensino Superior 53, 54, 55, 58, 59, 102, 107, 108, 111, 112, 147, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 166, 167, 168

Envelhecimento Feminino 87, 89, 90, 91, 94

F

Formação de Leitores 126, 127

G

Gendrificação 63, 64, 65, 66, 71, 74

Gênero 11, 61, 63, 64, 65, 70, 73, 75, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 91, 95, 115, 155, 172, 177, 183, 185, 189, 190, 191, 193

I

Inclusão Escolar 116

Inclusão Social 5, 44, 51, 140, 150

L

Letramento 7, 89, 116, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 163

Libras 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167

M

Medicina Popular 1, 9, 12

Mobilidade Social 5

S

Sistema Prisional 170, 171, 182, 185, 186, 193

Surdos 115, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168

T

Tecnologia Assistiva 49, 107, 108, 112, 147, 148, 153, 154

Terceira Idade 5, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 101

V

Vínculos Sociais 87, 93, 96

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-595-2

